Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

BOLETIM INFORMATIVO Online

Janeiro 2023

© Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Defender a Profissão de Professor

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

11 FEV • 15H

MARQUÊS DE POMBAL

CONTINUAR A LUTA!

PARTICIPE NESTA GRANDE MANIFESTAÇÃO !

O transporte é gratuito - para se inscrever contacte a sua Direção/Delegação Regional do SPLIU

Autocarros - locais de partida, horários e contactos

COMUNICADO

DIGNIFICAR e RESPEITAR
A PROFISSÃO de PROFESSOR

VALORIZAR a DOCÊNCIA

AUMENTAR SALÁRIOS
RECUPERAR 6A 6M 23D
ELIMINAR QUOTAS E VAGAS

SPLIU

A LUTA DOS PROFESSORES PROSSEGUE

Dignificar, Respeita e Valorizar a Profissão de Professor

O SPLIU considera que só a continuação da luta, envolvendo todos os professores, forçará o Ministério da Educação a calendarizar processos negociais sobre matérias que temos apresentado, ao longo dos últimos anos, (reestruturação e valorização dos índices remuneratórios dos vencimentos dos professores, recuperação do tempo de serviço congelado ainda não contabilizado, revisão e alteração do atual modelo de avaliação do desempenho docente, com a extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Excelente e Muito Bom e a extinção das vagas de acesso ao 5º e 7º escalões, reformulação e definição objetiva e criteriosa dos horários de trabalho dos educadores e professores, revisão e alteração do despacho relativo à mobilidade por doença, implementação de mecanismo adaptado às condições de pré-aposentação e de aposentação, reforma do regime de Administração e Gestão Escolar, ...), as quais necessitam de uma resolução célere, visando a dignificação, o respeito e a valorização da profissão de professor.

Assim, até ao próximo dia 8 de fevereiro prossegue a greve por distrito e no dia 11 a Direção Nacional do SPLIU conta com todos os professores e educadores para encher a Avenida da Liberdade.

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Praça Marquês de Pombal, em LISBOA, dia 11 de fevereiro, às 15 horas

COMUNICADO

REUNIÃO NEGOCIAL DE 2 DE FEVEREIRO

SPLIU considera incipientes os avanços do ME

O SPLIU participou no dia 2 de fevereiro em reunião negocial com o ME, no formato de mesa única, tendo tido esta associação sindical independente, a oportunidade de reiterar as suas posições sobre as matérias relacionadas com os concursos de professores, as quotas e vagas, a recuperação total do tempo de serviço, entre muitos outros assuntos relevantes, na defesa da valorização da docência e da Escola Pública.

A expetativa, por parte do SPLIU, para esta reunião, era, fundamentadamente, que o ME apresentasse propostas passíveis de serem entendidas como uma vontade determinada de colocar termo ao conflito que opõe os professores ao Governo.

Porém, apesar de haver incipientes avanços em relação a alguns aspetos relativos ao modelo dos concursos de professores, os mesmos são ainda insuficientes para qualquer princípio de entendimento.

A título meramente indicativo, o SPLIU não aceita a manutenção, por parte do ME, da proposta de criação de Conselhos Locais de Diretores e das respetivas competências na distribuição de serviço aos professores no âmbito territorial dos novos 63 QZP.

E, a indisponibilidade do ME para alterar a sua posição inicial no que se refere às quotas e vagas, também não merece a aceitação do SPLIU, que defende a extinção deste mecanismo de estrangulamento de progressão na carreira docente.

Na defesa da dignificação da profissão de professor, o SPLIU, numa perspetiva sistêmica de valorização da docência, não está disponível para qualquer acordo que não seja global e integral das matérias em negociação, e, em simultâneo, exige a definição de uma agenda negocial sobre as demais matérias que afetam os docentes no exercício da sua profissão.

GREVE, CONCENTRAÇÕES E MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Sócios, delegados e dirigentes do SPLIU participam na luta pela defesa do profissão de professor

Muitos associados, delegados e dirigentes sindicais do SPLIU têm participado ativamente nas ações de luta que estão a decorrer para reivindicaram a valorização da profissão docente e da Escola Pública.

O SPLIU apela a todos os professores para que façam GREVE, participem nas CONCENTRAÇÕES e venham a estar presentes massivamente na MANIFESTAÇÃO NACIONAL do dia 11 de fevereiro, no Marquês de Pombal, às 15h00.

A luta continua em defesa da valorização da profissão de professor

COMUNICADO

O REUNIÃO NEGOCIAL DE 20 DE JANEIRO COM PROTESTOS DOS PROFESSORES

SPLIU considerou insuficientes as propostas do ME para a valorização dos professores

Em primeiro lugar, o SPLIU não pode deixar de saudar efusivamente os milhares de professores que se concentraram em frente ao ME, para, em Plenário Sindical, protestarem contra as medidas apresentadas pelo ME.

O SPLIU reuniu com a equipa ministerial pelas 11h50, tendo comunicado ao Senhor Ministro uma apreciação sumária e não vinculativa às últimas propostas do ME, decorrentes da forte contestação dos educadores e professores em relação a pressupostos funcionais dos concursos sobre os quais foi traçada uma linha vermelha.

No âmbito da revisão e alteração do regime dos concursos de professores, o SPLIU revelou que considera tendencialmente passíveis de concordância os seguintes aspetos:

- O desdobramento dos atuais 10 QZP em 63 novos quadros de zona pedagógica, com a consequente redução da dimensão territorial dos mesmos, ainda que se considere que não resolvendo tal medida o problema dos "professores com as casas às costas", irá, pelo menos, mitigá-lo;

- Manter a graduação profissional como único e exclusivo critério para a ordenação dos candidatos nos procedimentos concursais;

- Vinculação dos professores com 1095 dias (3 anos) de tempo de serviço realizado, ainda que exista um pormenor com o qual discorda;

- Manutenção dos QA e QZP, tendo sido abandonados os famigerados mapas de pessoal.

- Vinculação preferencial dos professores em QA e QE, reduzindo-se sequencialmente o número de professores em QZP;

- A eliminação das ultrapassagens decorrentes de todos os procedimentos concursais, tendo-se evidenciado que dever-se-á iniciar o processo pela correção de todas as ultrapassagens que resultaram das vinculações através dos concursos externos extraordinários e dos respetivos reposicionamentos na carreira em relação aos professores que ingressaram nos quadros até 2009.

O SPLIU discorda liminarmente da constituição de Conselhos Locais de Diretores, e da competência de tal órgão na distribuição de serviço a docentes de QA com insuficiência de horário e de quadro de zona pedagógica no âmbito dos QZP, numa lógica de AE gigantes;

Esta associação sindical independente considera que as medidas propostas do ME não resultam de qualquer ato de boa vontade ou de bondade, mas antes da enorme necessidade de o Governo mitigar a generalizada falta de professores e da luta dos professores.

O SPLIU aproveitou a oportunidade para deixar bem vincado ao Senhor Ministro que o processo negocial em curso não poderá ser dissociado de um compromisso de agenda negocial de curto, médio prazo, que contemple as seguintes matérias:

- Reestruturação e aumento dos índices remuneratórios, que visem a paridade com a Carreira Técnica Superior da Administração Pública, defendo-se que o índice de ingresso na carreira seja o 188, devendo ser criado um novo índice para o topo da carreira;

- Recuperação faseada do tempo de serviço congelado ainda não devolvido aos professores (6 anos, 6 meses e 23 dias), até ao final da legislatura;

- Revisão e alteração do atual modelo de avaliação do desempenho docente, que contemple a extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Excelente e de Muito Bom;

- Tendencial extinção das vagas de acesso ao 5º e 7º escalão;

- Reforma do regime de Administração e Gestão Escolar, devendo-se privilegiar um modelo de gestão democrática;

- Reformulação e definição objetiva e criteriosas dos horários de trabalho de todos os docentes;

- Revisão e alteração do despacho relativo à mobilidade por doença, pois já se comprovou que o mesmo não serve a proteção dos professores com doenças incapacitantes, nem tão pouco a estabilização do corpo docentes nas escolas;

- Implementação de mecanismo que proporcione condições de pré-aposentação e de aposentação antecipada dos docentes com 60 anos de idade e 36 anos de idade, por ser evidente que o exercício da profissão docente é de elevado desgaste.

No final da reunião, o SPLIU comunicou ao Senhor Ministro a sua total disponibilidade para o prosseguimento das negociações no timing que o Ministério da Educação considere oportuno.

Enquanto o Ministro da Educação não aceitar negociar estas matérias, considera o SPLIU que continua a haver razões para o prosseguimento da luta dos professores e apela à participação de todos nas greves distritais que estão a decorrer até ao dia 8 de fevereiro e na manifestação nacional do dia 11 de fevereiro de 2023.

COMUNICADO

CONCENTRAÇÃO E PLENÁRIO NACIONAL DE 20 DE JANEIRO DE 2023

O SPLIU em convergência com mais 7 organizações sindicais levou a efeito no dia 20 de janeiro, uma Concentração de Professores / Plenário Sindical, em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa.

Neste dia muito importante de negociações com o ME (o SPLIU teve reunião às 11h30), a participação, a manifestação da indignação e o protesto, em defesa da valorização e dignificação da profissão docente, teve uma importância crucial para que o Senhor Ministro da Educação entenda, de uma vez por todas, que os Sindicatos apenas estão a traduzir, nas suas tomadas de posição, a vontade dos professores.

COMUNICADOS

PROPOSTAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA AS REUNIÕES DE NEGOCIAÇÃO SINDICAL

O Ministério da Educação enviou ao SPLIU, no dia 18 de Janeiro, as propostas negociais para a reunião que decorreu no dia 20, às 11h30.

Consulte as propostas do Ministério da Educação:

Propostas do ME

Mapa (QZP)

GREVE, CONCENTRAÇÕES E MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Em defesa da Profissão de Professor
Contra as intenções do ME para o regime de concursos
Pela abertura de negociações para resolver problemas que afetam e desvalorizam a profissão docente

Após a entrega no ME, no passado dia 6 de janeiro, de 18 pré-avisos de greve, a GREVE NACIONAL para 18 dias terá lugar de 16 de janeiro a 8 de fevereiro. Esta greve tem sempre abrangência nacional, mas incidirá diariamente em cada um dos distritos, iniciando-se a 16 de janeiro em Lisboa, seguindo pelos outros distritos por ordem alfabética, e terminará a 8 de fevereiro no Porto.

No dia, em que a greve incide em determinado distrito, serão aí organizadas CONCENTRAÇÕES de professores e educadores, para contactar com as comunidades locais e distribuir um Manifesto em Defesa da Escola Pública e da Profissão Docente.

No dia 20 de janeiro, a partir das 9h30, data da 3ª reunião sindical, será organizada uma CONCENTRAÇÃO à porta do Ministério da Educação.

No dia 11 de fevereiro realizar-se-á uma MANIFESTAÇÃO NACIONAL no Marquês de Pombal, às 15h00, em Lisboa

A Direção Nacional do SPLIU conta com a participação de todos os professores e educadores.

- CARTA DO SPLIU À COMUNIDADE EDUCATIVA E AO PAÍS

COMUNICADO

A PARTIR DE DIA 16 DE JANEIRO A LUTA TORNAR-SE-Á AINDA MAIS FORTE! GREVES DISTRITAIS COM CONCENTRAÇÕES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DAS CAPITAIS DE DISTRITO

Manifestação Nacional de Professores e Educadores, em 11 de fevereiro, em defesa da Profissão

Começou no dia 16 de janeiro, a Greve Nacional, por distritos, convocada por oito organizações sindicais: ASPL, FENPROF, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU.

A Greve decorrerá ao longo de 18 dias úteis, terminando em 8 de fevereiro. No dia 11 de fevereiro, em Lisboa, terá lugar uma grande Manifestação Nacional de Professores e Educadores, em defesa da Profissão de Professor.

Em cada distrito, no dia da GREVE, as organizações que a convocam apelam aos professores e educadores em luta para que se concentrem às 11:00 horas numa das principais praças da cidade capital de distrito. No local, será distribuída informação à população sobre as razões da luta dos professores, será pedida assinatura num postal de solidariedade com os professores em luta e serão divulgadas as primeiras informações sobre a adesão à greve no distrito.

Os locais de concentração dos educadores e professores serão os seguintes:

- 16 DE JANEIRO: LISBOA, PRAÇA DO ROSSIO
- 17 DE JANEIRO: AVEIRO, PRAÇA MELO FREITAS
- 18 DE JANEIRO: BEJA, LARGO DAS PORTAS DE MÉRTOLA
- 19 DE JANEIRO: BRAGA, ARCADAS (ÀS 14: 30 HORAS E NÃO ÀS 11 HORAS)
- 20 DE JANEIRO: BRAGANÇA, PRAÇA DA SÉ
- 23 DE JANEIRO: CASTELO BRANCO, ROTUNDA DO OPERÁRIO (COVILHÃ)
- 24 DE JANEIRO: COIMBRA, PRAÇA 8 DE MAIO
- 25 DE JANEIRO: ÉVORA, PRAÇA DO GIRALDO
- 26 DE JANEIRO: FARO, LARGO DO MERCADO
- 27 DE JANEIRO: GUARDA, PRAÇA DO MUNICÍPIO
- 30 DE JANEIRO: LEIRIA, LARGO DO PAPA
- 31 DE JANEIRO: PORTALEGRE, PRAÇA DA REPÚBLICA
- 01 DE FEVEREIRO: SANTARÉM, LARGO DO SEMINÁRIO
- 02 DE FEVEREIRO: SETÚBAL, PRAÇA DO BOCAGE
- 03 DE FEVEREIRO: VIANA DO CASTELO, PRAÇA DO MUNICÍPIO
- 06 DE FEVEREIRO: VILA REAL, AVENIDA CARVALHO ARAÚJO
- 07 DE FEVEREIRO: VISEU, ROSSIO
- 08 DE FEVEREIRO: PORTO, PRAÇA D. JOÃO I

COMUNICADO

SPLIU ENDURECERÁ A LUTA SE O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NÃO DER RESPOSTA ÀS SUAS EXIGÊNCIAS

O SPLIU, em convergência com mais sete organizações sindicais, irá endurecer a luta no início do 2º período letivo, caso o Senhor Ministro da Educação não recue nas intenções manifestadas nas reuniões negociais já realizadas, no que se refere à revisão do regime dos concursos de professores, indo ao encontro das posições assumidas pelos docentes em várias iniciativas de abordagem e sondagem sindical.

O SPLIU considera absolutamente primordial, em concertação com as demais estruturas sindicais, unidas numa plataforma de oito sindicatos, que o Senhor Ministro aceite calendarizar processos negociais céleres, que visem a resolução de problemas da carreira docente, nomeadamente, no que diz respeito ao tempo de serviço, à revisão do modelo da ADD e respetiva extinção de quotas, à anulação do sistema de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões, ao rejuvenescimento da classe docente através de um regime especial de aposentação, à precariedade, ao trabalho burocrático e respetiva sobrecarga horária, à alteração do mecanismo da mobilidade docente, e, sobretudo, ao aumento dos índices salariais de todos os educadores e professores.

Caso não seja atendido o prazo, ou atendidas as exigências invocadas, entre outras formas de luta (entrega do abaixo-assinado em curso, Dia D+L - debate mais luta em reuniões com os professores nas escolas, grande manifestação nacional...), a plataforma de sindicatos iniciará, no dia 16 de janeiro, com uma greve por distritos, que decorrerá, pelo menos até 8 de fevereiro, não obviando, que de forma solidária entre os sindicatos unidos em plataforma, cada um possa realizar as suas próprias iniciativas, entre o dia 3 e o dia 13 janeiro, em defesa da valorização dos docentes.

COMUNICADOS

SPLIU CONVOCADO PARA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO SINDICAL COM O ME

O SPLIU recebeu no dia 09 de janeiro, uma convocatória para uma reunião de negociação sindical com o Ministério da Educação, a realizar no próximo dia 20 de janeiro, às 11h30, nas instalações do Ministério, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Dar continuidade ao processo negocial sobre Modelo de Recrutamento e Gestão de Pessoal Docente.

O Ministério da Educação comprometeu-se, no âmbito da supracitada convocatória, a enviar oportunamente ao SPLIU, a correspondente documentação de suporte à referida reunião.

Esta organização sindical independente fica a aguardar, com expetativa, a receção da supracitada documentação, para a analisar com o devido tempo, de forma a pronunciar-se sobre a mesma de forma criteriosa e adequada às circunstâncias vivenciadas, presentemente, pela classe docente.

O SPLIU PROSSEGUE NA DEFESA DA PROFISSÃO DE PROFESSOR.

SPLIU - o seu sindicato

SPLIU SOLICITOU REUNIÃO EM MESA ÚNICA, PARA A TERCEIRA RONDA NEGOCIAL, COM TODAS AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS

Atendendo-se à atual conjuntura profissional, social e sindical, e tratando-se da negociação de matérias que devem contar com a participação de todas as organizações sindicais, o SPLIU solicitou ao Sr. Ministro da Educação que a próxima ronda negocial marcada para os dias 18 e 20 de janeiro, seja levada a efeito no modelo de mesa única, em reunião a ser agendada entre o dia 18 e 20 de janeiro.

COMUNICADO

SPLIU ESTÁ DISPONÍVEL PARA NEGOCIAR COM O SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO SE RECEBER CONVOCATÓRIA PARA REUNIÃO

Atento às declarações proferidas pelo Senhor Ministro da Educação no dia 4 de Janeiro, no Parlamento, o SPLIU estará disponível para negociar, caso venha a receber convocatória para reunião até ao próximo dia 10 de janeiro, acompanhada de um conjunto de garantias sobre aspetos nucleares em sede negocial.

A decisão sobre evitar as consequências do recrudescimento da luta dos professores, e o aumento da turbulência nas escolas, assim como dos efeitos colaterais diversos a nível educativo e social, compete, em exclusivo, ao Professor João Costa, no exercício do cargo de Ministro da Educação.

Ultrapassado o prazo instituído para o retomar do diálogo e da negociação, o SPLIU dará continuidade, com toda a força e determinação, ao planeamento e execução das formas de luta já agendadas e divulgadas, com principal enfoque nas Greves Distritais a realizar de 16 de janeiro a 08 de fevereiro e na Grande Manifestação Nacional de 11 de fevereiro.

Pela dignificação dos professores!

Pela valorização da docência!

ESTAMOS A DEFENDER A PROFISSÃO DE PROFESSOR

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS ENTREGAM EM MÃO NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO OS 18 PRÉ-AVISOS DA GREVE POR DISTRITO

AASPL, FENPROF, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU entregaram, no dia 6 de janeiro, em mão no Ministério da Educação os 18 pré-avisos de greve Nacional de Professores e Educadores que vai decorrer entre 16 de janeiro e 8 de fevereiro nos 18 distritos de Portugal Continental.

Esta greve tem sempre abrangência nacional, mas incidirá diariamente em cada um dos distritos, iniciando-se a 16 de janeiro em Lisboa, seguindo pelos outros distritos por ordem alfabética, e terminará a 8 de fevereiro no Porto.

Pela dignificação dos professores!

Pela valorização da docência!

ESTAMOS A DEFENDER A PROFISSÃO DE PROFESSOR

ARTIGO DE OPINIÃO

ARTIGO DE OPINIÃO - ROGÉRIO MANITA E SOUSA *

FILHOS DE UM DEUS MENOR

As greves desenvolvidas pelos professores são sempre terríveis e de graves consequências para a população, nada que se compare a outras de outros profissionais, claro!

Segundo João Costa foram feitas de surpresa, porque decorria um processo negocial, são imprevisíveis, podendo levar ao despedimento de pais, ou são mesmo desproporcionais.

As greves são atípicas e configuram-se, na sua perceção, como contendo ilegalidades, para além de haver eventual recurso a fundos de greves 'incaracterísticos'.

Certamente pior que indemnizações a ex-governantes ou mesmo à situação em que outros foram gerir empresas a que tinham facilitado acesso a benesses e fundos.

Admite recorrer aos serviços mínimos para garantir às famílias segurança, previsibilidade e direito à Educação, pois sempre esteve disposto a negociar...

Mas não foi este governante que disse que as manifestações 'até' são um direito e que as greves, quando começaram neste ano letivo, eram realizadas por 'tradição'?

E que dizer do que se obteve até agora desses processos negociais, mesmo desde 2015 ano em que integrou o Governo enquanto Secretário de Estado?

Acaso conseguiu, pelo menos, definir nesse período o que era tempo para atividades letivas ou para as não letivas, algo do âmbito da sua competência no cargo?

Ainda estará certamente a criar uma comissão para o estudar…

Propôs, pelo que se sabe, que a alocação às Escolas dos docentes integrados em mapas interconcelhios seja decidida por conselhos locais de Diretores.

Mas, segundo António Costa, as greves foram realizadas com base em perceções erradas.

Ou seja, os professores são 'burros'!

Curioso é que as atas e os áudios das reuniões onde estas propostas foram discutidas ainda não foram divulgados pelo Ministério da Educação (ME)…

Mas estas greves são apenas por este motivo? Não é verdade que:

- há docentes cujo ordenado líquido em 2022 é menor que o de 2010?
- perderam mais de 25% do poder de compra, com uma inflação hoje galopante?
- se verificaram aumentos médios na OCDE maiores que no País nos últimos anos?
- tiveram um aumento para quase o dobro do desconto para a ADSE em 14 meses?
- os professores do Continente não recuperaram os mais de 6,5 anos do tempo de serviço?
- existem quotas na passagem dos 5.º e 7.º escalões, que não existem nas Regiões Autónomas?
- tudo isso é uma flagrante injustiça face aos colegas dos Açores e da Madeira?
- houve quem perdesse mais de 4 anos na transição entre carreiras?
- é hoje diferenciado o ordenado de entrada na carreira docente e na de Técnico Superior?
- tais quotas são injustas porque não traduzem o que a avaliação lhes possibilitaria?
- isso leva a listas cada vez maiores de docentes a aguardar justiça na sua progressão?
- se sabe que tudo isto é feito mesmo com base num modelo que privilegia o 'amiguismo'?
- o modelo de gestão das Escolas está na base da falta de democracia interna?
- existem Direções que se mantêm alterando apenas os cargos dos que as constituem?
- os Municípios têm um papel cada vez maior na definição destes desempenhos?
- não estão ainda resolvidos casos de ultrapassagem na carreira?
- os prémios por bom desempenho não vão sendo atribuídos?
- a profissão não é reconhecida como sendo de risco, tal como a OIT a definiu em 1981?
- o tempo para a aposentação não tem qualquer especificidade em relação à profissão?

ARTIGO DE OPINIÃO (continuação)

Contesta-se hoje a centralidade do processo de contratação dos professores embora se saiba que até agora serviu para garantir uma Educação pública de qualidade.

Hoje, fruto de uma tentativa de municipalização do que é domínio do Estado central, procura-se por todos os meios e com base em todas as justificações possíveis que tal contratação também assim ocorra.

Todavia sabe-se que, quer no País, quer em outros Estados, como provam os estudos já realizados, sempre que há uma solução deste tipo aumenta o compadrio, o nepotismo, o conluio, a fraude.

Recorde-se que alterações profundas na Escola pública resultaram da legislação produzida por Lurdes Rodrigues, responsável pelo atual modelo centralizador da gestão das Escolas e que afirmou: 'perdi os professores, mas ganhei os pais e a população'.

Veio há algum tempo pedir desculpa aos docentes, certamente por ter podido perceber, na circunstância, que tinham cumprido o que lhes era pedido, contrariamente ao que se fez constar nos jornais da época.

A própria tinha, entretanto, sido mal avaliada porque não tinha cumprido o que lhe era exigido na Instituição de Ensino onde prestava serviço, o que não foi obstáculo a que tivesse sido eleita para a presidência de tal Instituto.

O burnout cresceu numa classe envelhecida e sujeita a burocracias e horários infindos, devido, por exemplo, à alteração da redução da componente letiva por idade ou à forma de implementação da componente não letiva de estabelecimento.

Para além de se procurar a divisão pela tentativa de criação do cargo de professor titular, nesse tempo os professores eram em excesso porque o número de alunos ia diminuir…

Mas 5 anos depois Nuno Crato já sabia que afinal havia falta de professores o que o levou, talvez por isso, aos contratos de associação reduzindo alunos em muitas Escolas públicas.

Este governante, que também entrou em choque com os docentes, era pela requisição civil em vez de se sentar à mesa das negociações…

Assim, vemos atuações semelhantes no ME, quer de incompetentes, quer de prepotentes.

Não cuida o atual detentor do cargo de explicar às famílias, que agora tanto o preocupam, porque não fez obras nas Escolas que necessitam de intervenção prioritária.

Porque não retirou o amianto que ainda nelas existe, ou porque não negociou para procurar minimizar a falta de professores para lecionar a tantas turmas, sabendo-se que as respostas educativas têm assim de se tornar cada vez menores nas Escolas?

Quando se quer negociar, verdadeiramente, encontram-se sempre soluções, como se verifica no caso dos médicos com o projeto para a sua integração nas zonas do interior.

Não se pode, por isso, querer afirmar que as negociações são 'apenas' pela contratação ou vinculação de docentes na tentativa de acabar com a 'casa às costas' de muitos deles, procurando minorar o impacto da precaridade, facto antigo e incompreensível!

É óbvio que o descontentamento se verifica também por tudo o que antes se descreveu!

E não se pode afirmar que se quer fixar jovens recém-formados quando se perspetiva a continuação descrita sobre a perda do poder de compra, nomeadamente dos professores, enquanto se constata a ultrapassagem no PIB per capita até pela Roménia.

É que vemos os nossos filhos partirem pela falta de condições que têm para se realizarem no seu País, saindo a 'custo zero', sendo certo que todos fazemos um esforço através dos nossos impostos para a sua formação e para que a Escola pública seja de qualidade.

Dizem que o Sol quando nasce é para todos.

Não será essa a visão que os professores, particularmente os do Continente, têm da realidade!

*Rogério Manita e Sousa
Biólogo, Mestre em OT e Planeamento Ambiental, PhD e Educação.
Professor do EBS.
Investigador Colaborador do OP.Edu.

CONTINUAR A LUTA!

GREVE NACIONAL POR DISTRITOS

ATÉ 10 DE JANEIRO

- prazo para o Ministro da Educação abandonar intenções manifestadas para o regime de concursos e calendarizar negociação de soluções para os problemas existentes

DIA D

- paralisação geral para debate sobre o regime de concursos e outros problemas que afetam os professores

DIA DA 3.ª REUNIÃO NEGOCIAL

- concentração em frente ao ME

Contacto com as comunidades locais: **distribuição de *Manifesto em Defesa da Escola Pública e da Profissão Docente* e recolha de assinaturas**

11 DE FEVEREIRO

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Defender a Profissão de Professor

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

11 FEV • 15H

MARQUÊS DE POMBAL

EM FORÇA, PARA LISBOA!

Vamos voltar a encher a Avenida da Liberdade de professores, de esperança e de luta!

Inscreve-te nos transportes organizados.
Consulta os sites dos sindicatos!

ABAIXO-ASSINADO

DOS PROFESSORES E DOS EDUCADORES

POR UM REGIME JUSTO DE CONCURSOS E PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

ASSINE AQUI A VERSÃO ONLINE DO ABAIXO-ASSINADO

EDUCAÇÃO EM NÚMEROS - PORTUGAL 2022

Consulte relatório mais recente sobre a situação da Educação em Portugal publicado pela DGEEC. Aceda aqui.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Relatório do Estado da Educação 2021

PROTOCOLOS

PROTOCOLO LUGAR AO SOL

Agora com 2 noites de oferta:

- Pack 7+2 noites grátis de alojamento, 2 pessoas, por apenas 34,00€ pouco mais 3€/noite em dezenas de hotéis em Portugal e Espanha.

- Pack 9+2 noites grátis de alojamento, 2 pessoas, por apenas 39,00€ pouco mais 3€/noite em dezenas de hotéis em Portugal e Espanha.

Saiba mais aqui

Colega, sindicalize-se

Dê mais força ao SPLIU !

SPLIU - o seu sindicato

ÍNDICES REMUNERATÓRIOS
Reestruturar a carreira docente com aumento dos índices remuneratórios

QUOTAS E VAGAS NA PROGRESSÃO
Rever a matriz de avaliação do desempenho docente

CONCURSO INTERNO EM 2023
Alterar o modelo de recrutamento e seleção de professores

REGIME ESPECIAL DE APOSENTAÇÃO
Rejuvenescer a classe docente

HORÁRIOS JUSTOS E RIGOROSOS
Melhorar as condições de trabalho

VALORIZAR A DOCÊNCIA

Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades
Praça Nuno Gonçalves, 2 A – 1600-170 Lisboa 217 815 740, 910 903 929 spliu@spliu.pt www.spliu.pt

LEGISLAÇÃO RECENTE

Despacho n.º 1571/2023 - Diário da República n.º 22/2023, Série II de 2023-01-31 - Educação - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares: Delegação de competências nos delegados regionais de educação.

Despacho n.º 1300/2023 - Diário da República n.º 19/2023, Série II de 2023-01-26 - Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado das Comunidades Portuguesas e da Educação. Aprova a rede de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário para a África do Sul, Namíbia, Suazilândia (Reino de Eswatini) e Zimbabué, para o ano letivo de 2023.

Despacho n.º 1296-B/2023 - Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023.

Despacho n.º 702/2023 - Diário da República n.º 10/2023, Série II de 2023-01-13 - Educação - Gabinete do Ministro. Homologa as Aprendizagens Essenciais da componente de currículo/disciplina de Matemática do Ensino Secundário inscrita na matriz curricular base dos Cursos Científico-Humanísticos e Ensino Profissional, constante dos anexos vi e viii do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Portaria n.º 24-B/2023 - Diário da República n.º 6/2023, 1º Suplemento, Série I de 2023-01-09 - Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Procede à atualização anual das pensões para o ano de 2023.

Portaria n.º 23/2023 - Diário da República n.º 6/2023, Série I de 2023-01-09 - Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Procede à primeira alteração à Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro, que regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos.

Lei n.º 24-C/2022 - Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30 - Assembleia da República. Lei das Grandes Opções para 2022-2026.

Lei n.º 24-D/2022 - Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30 - Assembleia da República. Orçamento do Estado para 2023.

Portaria n.º 303/2022 - Diário da República n.º 245/2022, Série I de 2022-12-22 - Educação. Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022-2023.

Decreto-Lei n.º 84-F/2022 - Diário da República n.º 241/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-12-16 - Presidência do Conselho de Ministros. Aprova medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas.

Despacho n.º 14471/2022 - Diário da República n.º 242/2022, Série II de 2022-12-19 - Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro. Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos próximos dias 23 e 30 de dezembro de 2022.

- Visite o site do SPLIU para consultar legislação anterior.

FORMAÇÃO SPLIU - CEFAS

PLANO DE FORMAÇÃO NACIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2022/2023

Informe-se acerca do plano de formação para o ano lectivo de 2022/23, disponibilizado pelo Centro de Formação Agostinho da Silva. Consulte aqui.

BOLETIM DO TRABALHO E EMPREGO
(Nº 30, Vol. 89, Ago. 22)

Extrato do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) – celebrado entre o SPLIU e a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 30 em 15 de agosto de 2022.
Esta Convenção altera e republica o CCT publicado no BTE, 1.ª série, n.º 40, de 29 de outubro de 2017, com as alterações introduzidas pelo BTE, n.º 5, de 8 de fevereiro de 2019. Consulte aqui.

SINDICALIZE-SE NO SPLIU

Defenda os seus direitos !
Junte-se ao SPLIU e beneficie dos serviços destinados aos nossos sócios:

- Apoio aos sócios - informações; Concursos; Legislação; ....
- Protocolos - Universidades; Bancos; Saúde/Clínicas;, Hotéis; Seguros; ...
- Formação - condições especiais para os associados do SPLIU.
- Apoio Jurídico - consultas jurídicas; Reclamações e Recursos Hierárquicos; Requerimentos fundamentados na Lei; Pareceres Jurídicos; Processos Disciplinares; ...

SPLIU - um sindicato independente

SPLIU

AO SERVIÇO DOS PROFESSORES

SPLIU - PROTOCOLOS

Informe-se acerca dos vários protocolos existentes entre o SPLIU e diversas outras entidades.

Os protocolos existentes abrangem diversas áreas com interesse para os sócios do SPLIU.

Beneficie de uma das muitas vantagens em ser sócio do SPLIU.

Consulte aqui.

PROTOCOLO

Caixa Geral de Depositos

Consulte as condições relativas ao Protocolo estabelecido entre a CGD e o SPLIU. Este Protocolo visa estabelecer um compromisso de cooperação entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o SPLIU, através do estabelecimento de relações privilegiadas e dinâmicas entre ambas as entidades.

Ficha Técnica - Propriedade: SPLIU | Janeiro 2023

Os conteúdos expressos nos artigos de opinião apresentados no Boletim Informativo do SPLIU são da total responsabilidade dos respectivos autores.

Praça Nuno Gonçalves, N.º 2 A - 1600-170 Lisboa | Tel.: 217 815 740/ 910 903 929 | Fax: 217 938 034 | Web: www.spliu.pt | E-mail: spliu@spliu.pt

© Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

SEDE NACIONAL: Praça Nuno Gonçalves, n.º 2 A • 1600 -170 Lisboa
217 815 740 - 910 903 929
spliu@spliu.pt

CENTRO DE FORMAÇÃO
www.spliu.cefas.pt

Av.ª Dr. Luís de Sá, n.º 1 - A/B Lj - Cruz de Pau 2845-561 AMORA
212 241 262/3 - 962 014 220 - Fax: 212 241 264
cefas@spliu.pt

Direções Regionais/Delegações

SEDE NACIONAL	CONTACTOS	
Praça Nuno Gonçalves nº 2 A 1600-170 Lisboa	217 815 740 / 910 903 929	spliu@spliu.pt
INFORMAÇÃO		informacao1@spliu.pt informacao2@spliu.pt
GABINETE JURÍDICO - Sede Nacional		gabinetejuridicosede@spliu.pt

DIREÇÕES REGIONAIS E DELEGAÇÕES	SEDES	CONTACTOS	
DIREÇÃO REGIONAL NORTE	Rua José Rodrigues da Silva Júnior, n.º 155 - 1º Dtº 4470-316 MAIA	229 406 738 / 913 092 676	maia@spliu.pt
Delegação da Maia			
Delegação de Aveiro	Tv. do Governo Civil, 4- 2.º Dto.-Sala 1 3810-118 AVEIRO	234 029 627 / 918 497 497	aveiro@spliu.pt
Delegação de Braga	Avenida da Liberdade, nº 434, 1º andar, Sala 1 4710-248 BRAGA	253 261 721 / 910 888 119	braga@spliu.pt
DIREÇÃO REGIONAL DO CENTRO	Rua Dr. João Frade Correia, Lote 7-R/c. Esq. Loja 3 6000-352 CASTELO BRANCO	272 322 169 / 963 015 921	castelobranco@spliu.pt
Delegação de Castelo Branco			
Delegação de Leiria	Rua Álvaro Pires de Miranda, Lote 48, n.º55 - 3ºG 2400-091 LEIRIA	244 821 058 / 910 895 069	leiria@spliu.pt
DIR. REG. LISBOA E DAS COMUNIDADES	R. S. Gonçalo de Lagos, nº 29 R/C Esquerdo 2560-661 TORRES VEDRAS	261 338 334 917 062 110/926 163 126	torresvedras@spliu.pt
Delegação de Torres Vedras			
Delegação de Lisboa	Praça Nuno Gonçalves nº 2-A 1600-170 LISBOA	217 815 740 / 910 966 701	lisboa@spliu.pt

DIR. REG. P. SETÚBAL E V. DO TEJO			
Delegação do Seixal	Av.ª Dr. Luís de Sá, n.º 1A/B - Loja Cruz de Pau - 2845-561 AMORA	212 249 976 912 237 201 / 962 014 222	seixal@spliu.pt
Delegação de Santarém	Rua Elias Garcia, n.º 6 - 1ºA 2000-054 SANTARÉM	243 371 175 / 910 966 089	santarem@spliu.pt
Delegação de Setúbal	Avº Pedro Álvares Cabral, n.º 88 2910-869 SETÚBAL	265 702 380 / 910 967 453	setubal@spliu.pt
Delegação de Salvaterra de Magos	Av. Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, 12-r/c 2120-118 SALVATERRA DE MAGOS	263 508 563 / 968 286 331	salvaterrademagos@spliu.pt
DIREÇÃO REGIONAL DO SUL	Rua da Quinta dos Calíços, Lote A - 17 Loja 5 - 8200-666 ALBUFEIRA	289 147 831 918 719 202/917 558 238	albufeira@spliu.pt
Delegação de Albufeira			
Delegação de Beja/Évora	Av.ª Dr. Luís de Sá, n.º 1A/B - Loja Cruz de Pau - 2845-561 AMORA	910 965 791	beja-evora@spliu.pt
Delegação de Tavira	Avº Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, nº 29-CC Gilão, Loja 27 8800-379 TAVIRA	281 321 430 / 912 521 191 910 904 213	tavira@spliu.pt
DIR. REGIONAL DA MADEIRA	911 743 263		madeira@spliu.pt
CENTRO DE FORMAÇÃO	Av.ª Dr. Luís de Sá, n.º 1A/B - Loja Cruz de Pau - 2845-561 AMORA	212 241 262/3 - 962 014 220 Fax: 212 241 264	cefas@spliu.pt
GABINETE JURÍDICO- SEIXAL		212 260 167 / 910 965 913	gabinetejuridicoseixal@spliu.pt

Fim do 3.º periodo: *7/6 - 9.º, 11.º e 12.º • *14/6 - 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º • *30/6 - Educação Pré-Escolar, e 1.º Ciclo do Ens. Básico

Este calendário não está adaptado às escolas que adotem uma organização semestral

Calendário Escolar 2022/2023

Interrupções letivas

	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
SET						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13 Início 1.º p	14	15	16 Início 1.º p	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
OUT	1	2	3	4	F Implantação da República	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
NOV				F Dia todos Santos	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			
DEZ						F Restauração da Independência	2	3	4	5	6	7	F Imaculada Conceição	9	10	11	12	13	14	15	16 Fim 1.º p	17	18	19	20	21	22	23	24	N Natal	26	27	28	29	30	31
JAN		F Ano Novo	2	3 Início 2.º p	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31				
FEV					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	E Carnaval	22	23	24	25	26	27	28				
MAR					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31 Fim 2.º p	
ABR	1	2	3	4	5	6	F 6.ª f Santa	8	P Páscoa	10	11	12	13	14	15	16	17 Início 3.º p	18	19	20	21	22	23	24	F Dia da Liberdade	26	27	28	29	30						
MAI			F Dia do Trabalhador	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			
JUN						1	2	3	4	5	6	7 * Fim 3.º p	F Corpo de Deus	9	F Dia de Portugal	11	12	13	14 * Fim 3.º p	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30 * Fim 3.º p	
JUL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
AGO				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	F Nossa Sr.ª Assunção	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		